

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO
RUA ENGENHEIRO URBANO PÁDUA DE ARAÚJO, 28 - CENTRO
C.E.P. 18520-000 - C.N.P.J. 46.634.614/0001-26

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ANALISE DA GESTÃO CONTÁBIL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

CERQUILHO, 26 de Janeiro de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE GESTÃO CONTÁBIL ATÉ 31/12/2020

Exercício: 2020

Página: 2/14

Introdução

O controle Interno acha-se previsto nas seguintes legislações:

- Art. 31 e 74, CF;
- Art. 150 da Constituição Estadual;
- Art. 54 e 59, LRF;
- Art. 76, 77, 78, 79 e 80 Lei 4.320/64;
- Art. 15, 26 e 38, LC 709/1.993;
- Art. 2º, § 15; Art. 61 e 62; Instruções nº. 2/2008, TCESP; e
- NBC T 16.8.

Pode ser considerado "o conjunto complexo e organizado de regras e normas, de unidades, de princípios, métodos, procedimentos e equipamentos coordenados entre si, que busca o fim precípua de realizar a avaliação da gestão pública e o acompanhamento dos programas de governo, bem como de comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial operacional nas unidades da administração pública" (auditora Luciene Cartaxo Fernandes - TCE do Ceará).

O controle interno exerce a fiscalização dos atos da administração, visando comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão dos recursos públicos. Proporciona à Administração Pública, especialmente a Municipal, subsídios para assegurar o bom gerenciamento dos negócios públicos.

De acordo com as normas legais, instituídas para o Controle Interno, apresentamos o Relatório de Auditoria do Controle Interno até 12/2020/2020, contendo informações na gestão orçamentária e financeira abordando os itens:

Relatórios:

- 01 - Pessoal
- 02 - Educação
- 03 - FUNDEB
- 04 - Saúde
- 05 - Execução Orçamentária
- 06 - Execução Financeira

01 - Pessoal

Tabela I - Fórmula de Apuração da Despesa com Pessoal

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA NOS 12 ÚLTIMOS MESES (R\$)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	90.447.524,77
Pessoal Ativo (Remuneração + Encargos Sociais e Contribuições Patronais à Previdência [INSS ou RPPS])	70.736.980,04
Vencimento, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	62.398.244,16
Obrigações Patronais	8.338.735,88
Benefícios Previdenciários	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	19.710.544,73
Aposentadorias, Reserva e Reformas	16.888.350,01
Pensões	2.791.515,66
Outros Benefícios Previdenciários (*)	30.679,06
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00

(*) o valor lançado não pode nunca superar o das contribuições e o das receitas diretamente arrecadadas pelo fundo ou entidade que opera o sistema próprio de previdência.

A Tabela I expõe a fórmula de apuração de despesa com pessoal utilizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Tal método se expressa no Comunicado SDG nº. 32, de 2010, obedecendo ao contido na Portaria STN nº 249, de 2010.

Sob a LRF, a Municipalidade como um todo não pode gastar mais de 60% da receita, com pessoal (art. 19, III), o que envolve os seguintes objetos de gasto:

Vencimentos e vantagens fixas;
Obrigações patronais (INSS/RPPS, FGTS, PASEP);
Outras despesas variáveis (horas extras, entre outras);
Aposentadorias;
Pensões;
Contratações por tempo determinado;
Salário Família dos servidores estatutários;
Contratos de terceirização de mão de obra;
Sentenças Judiciais referente a demandas trabalhistas;
Indenizações e restituições de índole trabalhista.

A LRF repartiu os 60% entre os poderes estatais; no Município 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, calculados sobre a receita corrente líquida (art. 20, III).

O limite de 54% também comporta as entidades da Administração Indireta, ou seja, não há limites específicos para autarquias e fundações.

Em casos de excesso por parte dos entes descentralizados, pode o Prefeito propor, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, barreiras específicas para eles.

A despesa de pessoal é apurada de quatro em quatro meses, em abril, agosto e dezembro, mostrando-se os percentuais no relatório de gestão fiscal (art. 22 da LRF).

Ultrapassando-se o limite específico, o ordenador dispõe de 8 (oito) meses para o ajuste, seja pelo aumento da receita ou pela redução da despesa laboral segundo os procedimentos enunciados na Constituição (corte de 20% dos cargos em comissão; exoneração de servidores não estáveis, entre outras medidas dispostas no § 3º do art. 169).

A não recondução, em 2 (dois) quadrimestres seguintes, do percentual excedente, sendo pelo menos 1/3 (um terço) no primeiro, afigura-se motivo de parecer desfavorável das contas anuais do Ordenador, por parte do TCESP.

Essa elasticidade, de 8 (oito) meses, não vale em ano de eleição, exclusivamente nessa situação, as sanções legais aplicam-se de imediato e também é motivo de recusa da conta por parte do TCESP.

Tabela II - Quadro de Acompanhamento da Despesa com Pessoal

Mês/Ano	Receita Corrente Líquida	Despesa com Pessoal	% Mês	% Acum.	Limite Máximo art. 20 LRF	Limite Prudencial 95% art. 22 LRF	Limite de Alerta 90% §1º, II, art. 59 LRF	Excesso a Regularizar	% Excesso (*)
Jan/2020	14.631.809,09	5.327.956,01	36,41	47,29	7.901.176,91	7.506.118,06	7.111.059,22	0,00	0,00
Fev/2020	12.737.648,42	5.312.115,95	41,70	47,14	6.878.330,15	6.534.413,64	6.190.497,13	0,00	0,00
Mar/2020	13.140.449,53	5.546.945,99	42,21	46,97	7.095.842,75	6.741.050,61	6.386.258,47	0,00	0,00
Abr/2020	14.681.046,28	5.241.428,71	35,70	47,49	7.927.764,99	7.531.376,74	7.134.988,49	0,00	0,00
Mai/2020	9.575.678,58	5.273.047,12	55,07	47,64	5.170.866,43	4.912.323,11	4.653.779,79	360.724,01	3,77
Jun/2020	12.706.525,60	5.292.245,96	41,65	46,78	6.861.523,82	6.518.447,63	6.175.371,44	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO

CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE GESTÃO CONTÁBIL ATÉ 31/12/2020

Exercício: 2020

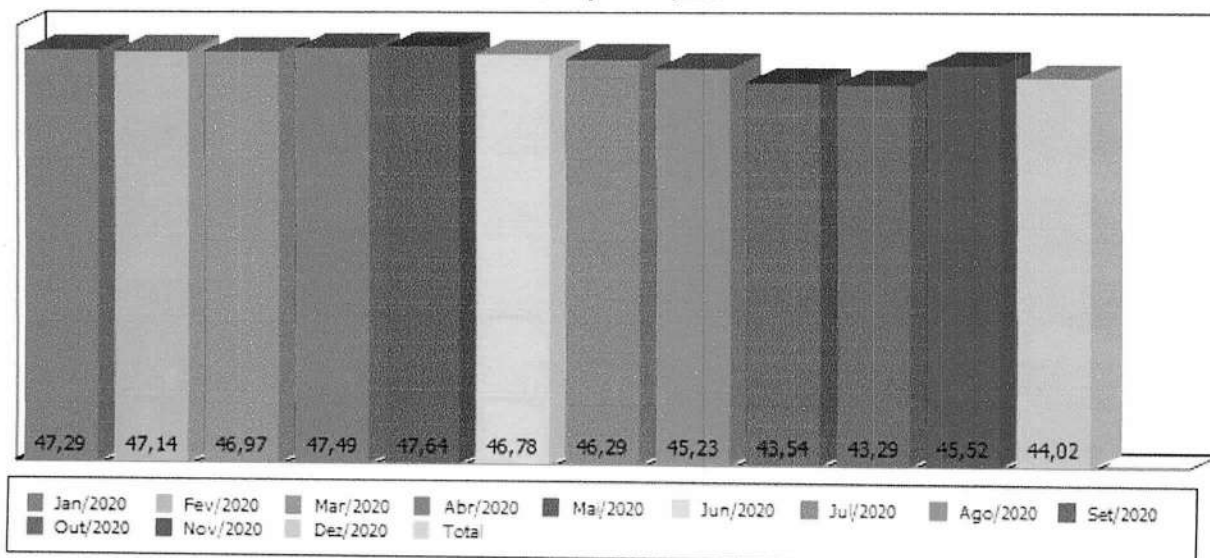
Página: 4/14

Tabela II - Quadro de Acompanhamento da Despesa com Pessoal

Mês/Ano	Receita Corrente Líquida	Despesa com Pessoal	% Mês	% Acum.	Limite Máximo art. 20 LRF	Limite Prudencial 95% art. 22 LRF	Limite de Alerta 90% §1º, II, art. 59 LRF	Excesso a Regularizar	% Excesso (*)
Jul/2020	14.409.150,05	5.268.865,62	36,57	46,29	7.780.941,03	7.391.893,98	7.002.846,92	0,00	0,00
Ago/2020	12.674.924,73	5.151.538,30	40,64	45,23	6.844.459,35	6.502.236,39	6.160.013,42	0,00	0,00
Set/2020	14.237.406,91	5.097.063,47	35,80	43,54	7.688.199,73	7.303.789,74	6.919.379,76	0,00	0,00
Out/2020	12.133.492,14	5.091.626,63	41,96	43,29	6.552.085,76	6.224.481,47	5.896.877,18	0,00	0,00
Nov/2020	12.163.587,94	9.415.191,95	77,40	45,52	6.568.337,49	6.239.920,61	5.911.503,74	3.175.271,34	26,10
Dez/2020	18.267.421,69	9.007.621,12	49,31	44,02	9.864.407,71	9.371.187,33	8.877.966,94	0,00	0,00
Total	161.359.140,96	71.025.646,83							

(*) o percentual a regularizar é em relação ao limite prudencial (art. 22 LRF)

% Acumulado por Mês/Ano



O percentual apurado no quadro comparativo dos limites da LRF não excedeu a margem de 90% previsto no § 1º, inc. II, do art. 59, da Lei Complementar 101, de 04/5/2000. Desse modo, a Municipalidade, não encontra-se ao alcance da emissão de alertas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nem tão pouco está sujeita as vedações impostas pelos incisos I a V do art. 22 da Lei Complementar 101, de 04/5/2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO

CONTROLE INTERNO

Exercício: 2020

Página: 5/14

4rtecnologia

RELATÓRIO DE GESTÃO CONTÁBIL ATÉ 31/12/2020

02 - Educação

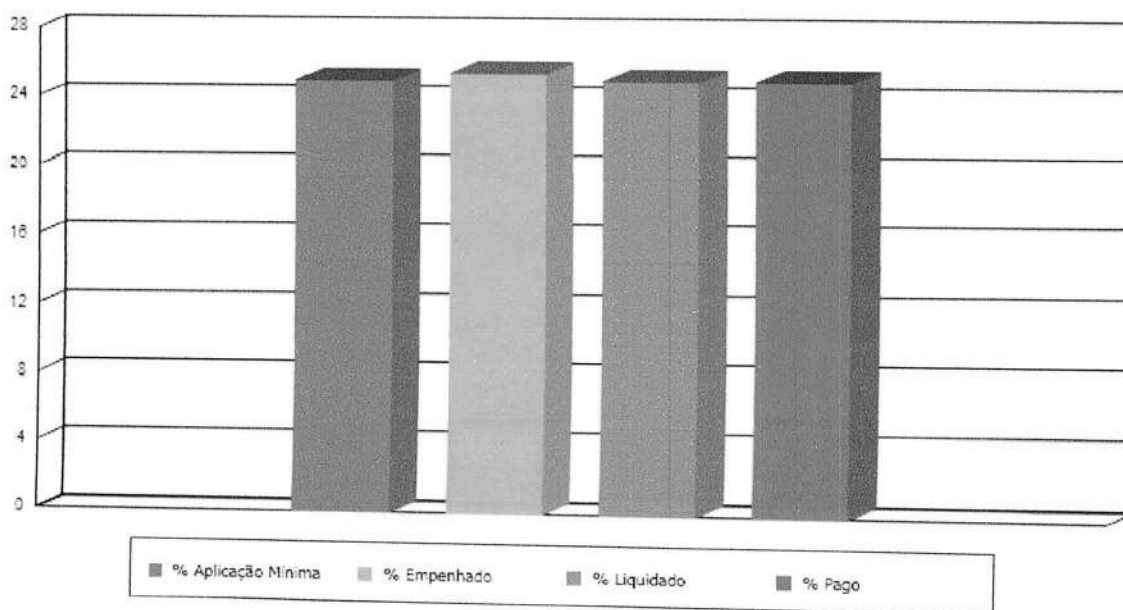
A Tabela I - apresenta a arrecadação das receitas de impostos e transferências constitucionais que compõem o índice de 25% nos termos do art. 212 da Constituição Federal.

Tabela I - Recursos Recebidos x Aplicação no Fundo de Educação Básica

Receita e Transferências		92.799.524,65	
Aplicação Mínima (25%)		23.199.881,16	

Despesas com Ensino	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Ensino Fundamental	3.177.618,13	3,42	2.993.412,83	3,23	2.993.412,83	3,23
Ensino Infantil	1.172.592,15	1,26	1.172.592,15	1,26	1.171.578,81	1,26
Educação Infantil - Creche	5.068.148,67	5,46	4.903.109,34	5,28	4.903.109,34	5,28
Educação Infantil - Pré-Escola	704.750,46	0,76	699.565,46	0,75	699.565,46	0,75
Retenções ao FUNDEB	13.436.123,92	14,48	13.436.123,92	14,48	13.436.123,92	14,48
Total	23.559.233,33	25,38	23.204.803,70	25,00	23.203.790,36	25,00

Da análise, verifica-se com base na Despesa Liquidada, que o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal.



A Tabela II demonstra a arrecadação das receitas de impostos e transferências além das deduções ao Fundeb e os valores a transferir para conta vinculada do Ensino.

Tabela II - Receitas de Impostos e Transferências, Deduções para formação do FUNDEB / Apuração valor a transferir dos Repasses Decendiais

Impostos e Transferências	Último Decêndio Fechado (20/12/2020)	Valor até o Período
Receita de Impostos (IPTU / IR / ITBI / ISS / D.A. Impostos / Multa e Juros da D.A. Impostos)	20.969.086,53	23.235.056,27
Transferências (FPM / ICMS / IPI / LC 87/96)	57.341.188,49	60.941.246,04
Transferências (IPVA / ITR)	8.318.657,21	8.623.222,34
Deduções FUNDEB	-12.627.850,20	-13.436.123,92
Arrecadação Total	74.001.082,03	79.363.400,73
Valor a transferir 25% (IPTU / IR / ITBI / ISS / D.A. Impostos / Multa e Juros da D.A. Impostos)	5.242.271,63	5.808.764,07
Valor a transferir 5% (FPM / ICMS / IPI / LC 87/96)	3.343.829,10	3.523.832,01
Valor a transferir 5% (IPVA / ITR)	443.282,12	431.161,17



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO
CONTROLE INTERNO

4rtecnologia

RELATÓRIO DE GESTÃO CONTÁBIL ATÉ 31/12/2020

Exercício: 2020

Página: 6/14

Valor Total a Transferir	9.029.382,85	9.763.757,25
--------------------------	--------------	--------------

Auferimos que o total de transferências na (s) conta (s) bancária (s) (Conta Interno 28: C/ MDE - 0151 - SANTANDER) até o período em análise, foi de R\$ 10.131.672,64 (dez milhões, cento e trinta e um mil, seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), atendendo a determinação do § 5º, art. 69, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que dispõe:

"§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente".

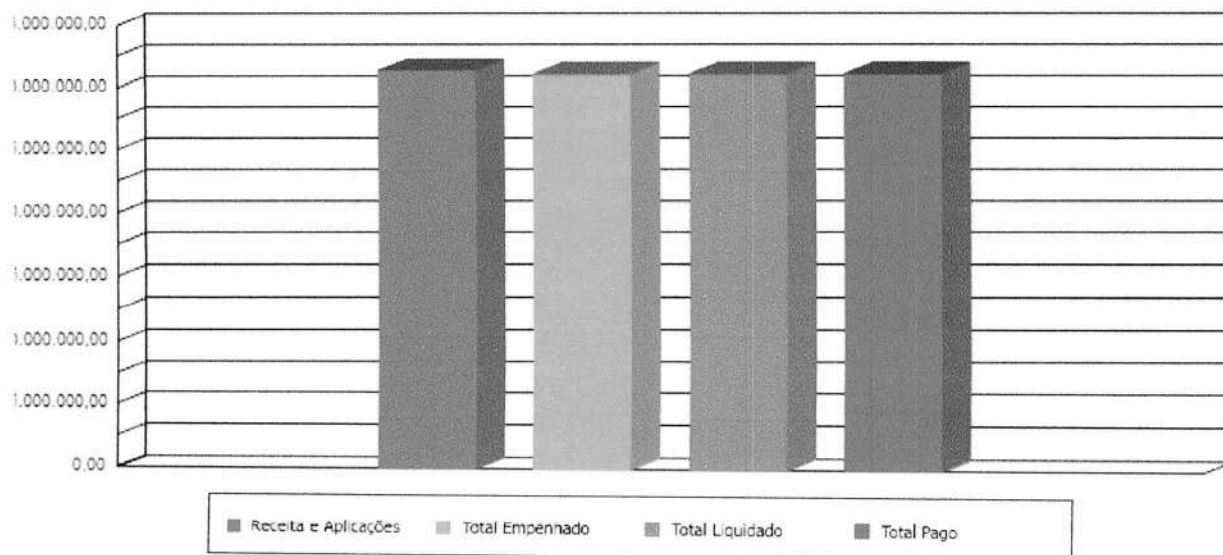
03 - FUNDEB

A Tabela I, a seguir, demonstra os recursos recebidos do FUNDEB e sua destinação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Tabela I - Recursos Recebidos x Aplicação no Fundo de Educação Básica

Receita e Transferências do FUNDEB e Aplicações Financeiras	31.393.863,70
Aplicação Mínima (60%)	18.836.318,22
Aplicação Mínima (95%) - Recursos Recebidos	29.824.170,52

Despesas com FUNDEB	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Magistério (min. 60%)	31.145.238,62	99,21	31.145.238,62	99,21	31.145.238,62	99,21
Outras (máx. 40%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	31.145.238,62	99,21	31.145.238,62	99,21	31.145.238,62	99,21



I - Da Despesa Empenhada

Da abordagem, nota-se que o total da despesa empenhada no período em análise, atende ao dispositivo do §2º, art. 21 da Lei 11.494/07.

II - Da Aplicação mínima dos profissionais do Magistério (60%)

No que tange a aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos Profissionais do Magistério (60%), verifica-se que restou atendido o cumprimento do art. 22 do mencionado dispositivo.

III - Disponibilidade financeira em Conta Bancária

Tabela II - Disponibilidade Financeira do FUNDEB

Exercício	Saldo Financeiro
2019	0,00
2020	248.625,08



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO
CONTROLE INTERNO

Exercício: 2020

Página: 8/14

4rtecnologia

RELATÓRIO DE GESTÃO CONTÁBIL ATÉ 31/12/2020

Relativo à análise financeira do FUNDEB, constatamos que o saldo da conta bancária do fundo (Conta Interno 548: C/ FUNDEB - 1768 - BANCO DO BRASIL S.A., Conta Interno 549: C/ FUNDEB INVESTIMENTO - 1768 - BANCO DO BRASIL S.A., Conta Interno 579: C/ PARCELA DIFERIDA FUNDEB - 1768 - BANCO DO BRASIL S.A.), no período em análise, não apresenta inconsistência. A diferença entre os recursos recebidos e o total de despesas pagas totaliza o valor de R\$ 248,625,08 (duzentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e cinco reais e oito centavos) e equivale ao saldo existente na (s) conta (s) bancária (s).

04 - Saúde

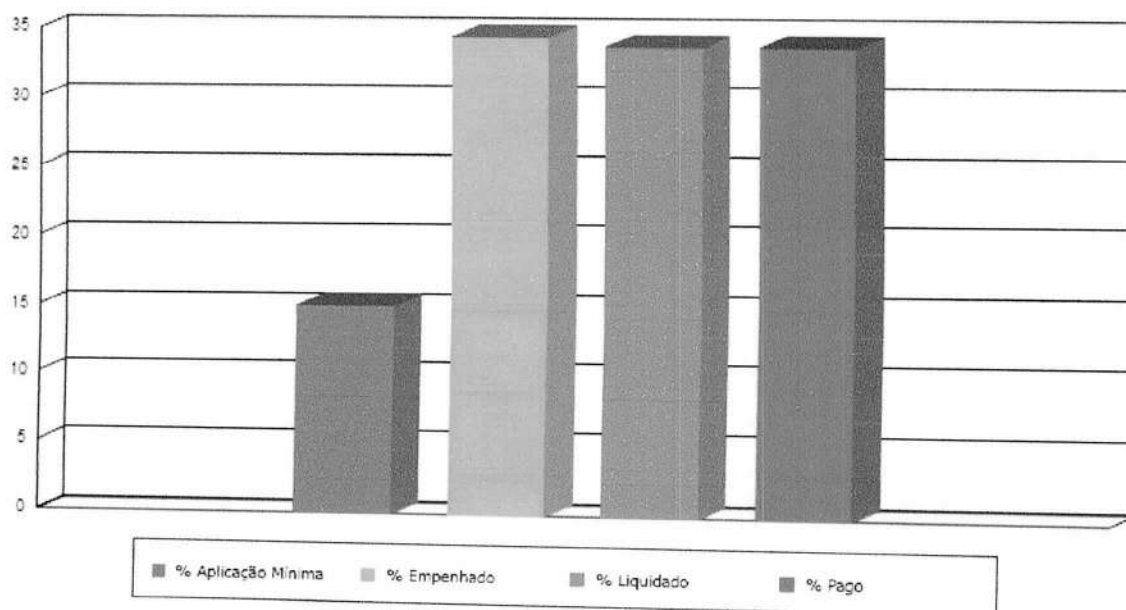
A Tabela I demonstra os recursos arrecadados provenientes das Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais que compõem o índice de 15%, nos termos do inc. III, art. 77, ADCT, e a destinação destes recursos.

Tabela I - Recursos e Aplicação destinados à Saúde

Receita e Transferências de Impostos				90.415.678,47		
Aplicação Mínima (15%)				13.562.351,77		
Despesas com Saúde	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Aplicação em Saúde - Recursos Próprios	31.188.887,07	34,49	30.557.979,09	33,80	30.557.027,45	33,80

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da Constituição Federal.

O gráfico abaixo compara a aplicação mínima constitucional com a despesa empenhada, liquidada e paga.



05 - Execução Orçamentária

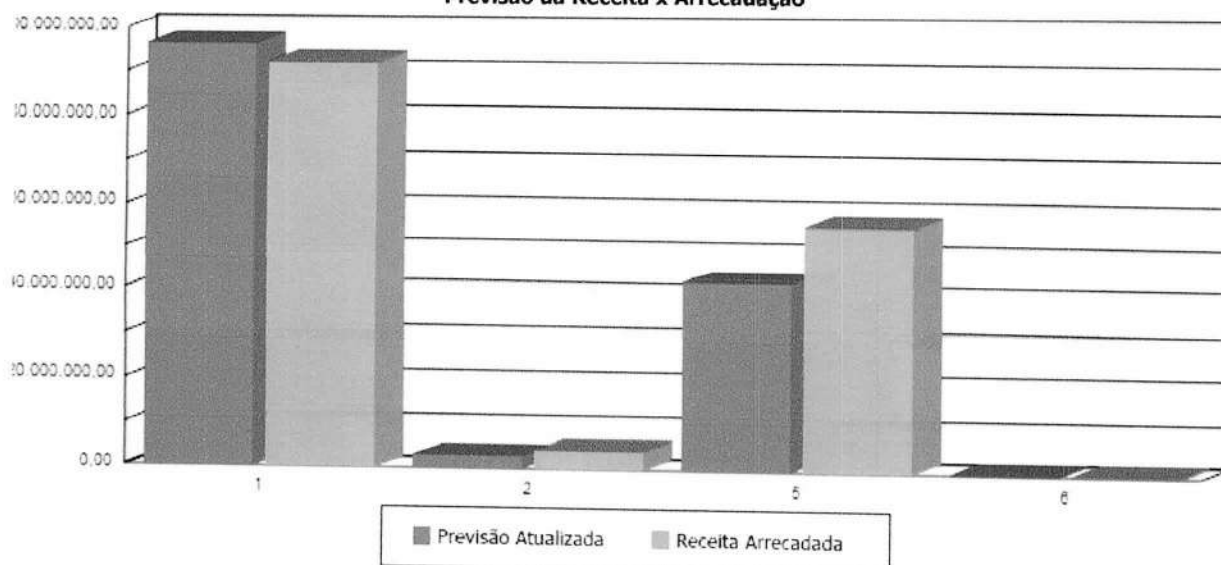
A Lei Municipal nº 3338, de 19/11/2019, que aprovou o orçamento, estimou a Receita e fixou a Despesa do Município de CERQUILHO em R\$ 142.500.000,00.

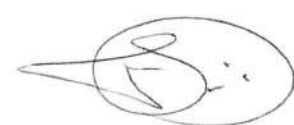
A tabela I confronta a evolução de duas variáveis da execução orçamentária: receita prevista e receita arrecadada (por blocos corrente e capital, e fonte de recurso).

Tabela I - Receita Prevista x Receita Arrecadada por Fonte de Recurso e Categoria da Receita

Classificação da Receita	Receita Prevista / Programada	Receita Arrecadada	Excesso de Arrecadação
1 - TESOURO			
Receita Corrente	96.525.000,00	90.512.047,13	-6.012.952,87
Receita de Capital	0,00	1.503.145,50	1.503.145,50
SUB TOTAL	96.525.000,00	92.015.192,63	-4.509.807,37
2 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS			
Receita Corrente	1.197.000,00	921.821,39	-275.178,61
Receita de Capital	1.778.000,00	3.356.504,43	1.578.504,43
SUB TOTAL	2.975.000,00	4.278.325,82	1.303.325,82
5 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			
Receita Corrente	42.845.000,00	54.927.432,24	12.082.432,24
Receita de Capital	0,00	1.666.166,52	1.666.166,52
SUB TOTAL	42.845.000,00	56.593.598,76	13.748.598,76
6 - OUTRAS FONTES DE RECURSOS			
Receita Corrente	155.000,00	373.905,24	218.905,24
SUB TOTAL	155.000,00	373.905,24	218.905,24
TOTAL	142.500.000,00	153.261.022,45	10.761.022,45

Previsão da Receita x Arrecadação







PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO

CONTROLE INTERNO

4rtecnologia

RELATÓRIO DE GESTÃO CONTÁBIL ATÉ 31/12/2020

Exercício: 2020

Página: 11/14

Da análise do comportamento das receitas por fonte de recurso, constatamos uma situação desfavorável em relação à (s) fonte (s) de recurso (s) 1, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo aos responsáveis o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, a Municipalidade encontra-se ao alcance dos alertas do TCESP, nos termos do artigo 59, §1º, inciso V da Lei Complementar nº 101/00.

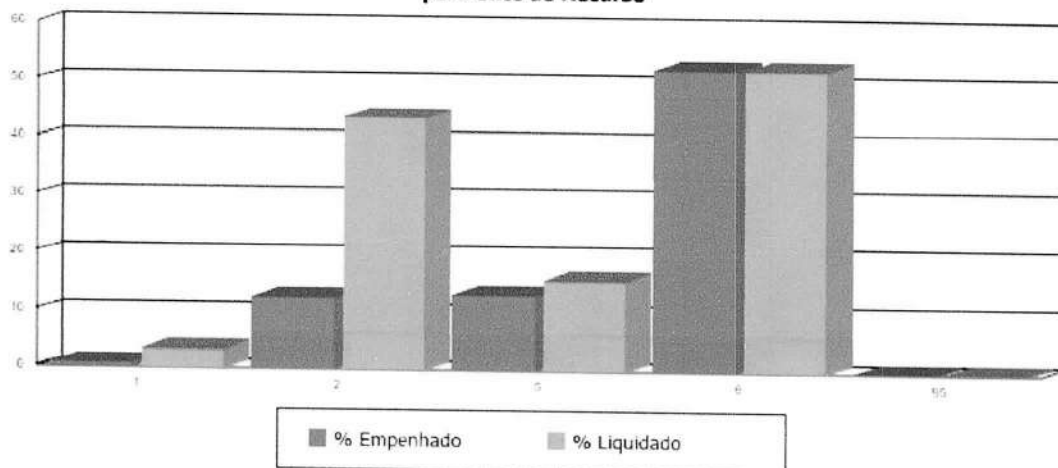
Nesse caso, necessário a observância do disposto no art.9º da mencionada Lei que determina contingenciamento da despesa quando a realização da receita comprometer as metas fiscais avençadas em Anexo da LDO, ou seja, arrecadação abaixo do esperado legitima a restrição em comento na mesma proporção da queda dos ingressos de caixa.

Em relação às demais fontes de recursos 2, 5, 6 constatamos tendência positiva de excesso de entradas uma vez que a arrecadação está além das metas de previsão. Apenas segue recomendação no sentido da cautela que há de ser tomada com os créditos adicionais aberto por tendência de excesso de arrecadação (art. 43, § 3º, da Lei nº. 4.320). Caso reste frustrada a tendência positiva, o contingenciamento dar-se-á em cumprimento ao dispositivo no art. 9º da LRF.

**Tabela II - Relação Receita Arrecadada x Despesa Empenhada
(Gestão Orçamentária por Fonte de Recurso)**

Classificação da Despesa	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Resultado Orçamentário (Empenhado)	% Emp.	Resultado Orçamentário (Liquidado)	% Liq.
1 - TESOURO							
Despesa Corrente	87.801.133,70	80.516.982,60	79.671.335,87	9.995.064,53	11,04	10.840.711,26	11,98
Despesa de Capital	9.279.022,18	8.600.408,07	7.132.445,81	-7.097.262,57	-472,16	-5.629.300,31	-374,50
Trans. Fin. a Câm.	0,00	2.073.502,95	2.073.502,95	-2.073.502,95	0,00	-2.073.502,95	0,00
SUB TOTAL	97.080.155,88	91.190.893,62	88.877.284,63	824.299,01	0,90	3.137.908,00	3,41
2 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS							
Despesa Corrente	1.163.000,00	918.911,08	802.110,73	2.910,31	0,32	119.710,66	12,99
Despesa de Capital	3.055.811,71	2.827.245,96	1.610.979,20	529.258,47	15,77	1.745.525,23	52,00
SUB TOTAL	4.218.811,71	3.746.157,04	2.413.089,93	532.168,78	12,44	1.865.235,89	43,60
5 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS							
Despesa Corrente	50.023.461,56	47.331.487,74	46.850.591,92	7.595.944,50	13,83	8.076.840,32	14,70
Despesa de Capital	1.923.100,00	1.877.321,01	854.943,70	-211.154,49	-12,67	811.222,82	48,69
SUB TOTAL	51.946.561,56	49.208.808,75	47.705.535,62	7.384.790,01	13,05	8.888.063,14	15,71
6 - OUTRAS FONTES DE RECURSOS							
Despesa Corrente	280.000,00	177.466,76	177.466,76	196.438,48	52,54	196.438,48	52,54
SUB TOTAL	280.000,00	177.466,76	177.466,76	196.438,48	52,54	196.438,48	52,54
95 - TRANSF. CONV. FEDERAIS-VINCULADOS - EX.ANTERIORES							
Despesa Corrente	566.086,58	566.086,58	566.086,58	-566.086,58	0,00	-566.086,58	0,00
SUB TOTAL	566.086,58	566.086,58	566.086,58	-566.086,58	0,00	-566.086,58	0,00
TOTAL	154.091.615,73	144.889.412,75	139.739.463,52	8.371.609,70	5,46	13.521.558,93	8,82

**Relação de % Empenhado e % Liquidado
por Fonte de Recurso**





PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO
CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE GESTÃO CONTÁBIL ATÉ 31/12/2020

Exercício: 2020

Página: 12/14

A tabela II demonstra a gestão orçamentária, confrontando a despesa empenhada e liquidada em relação à receita efetivamente arrecadada. Da presente análise é possível verificar se houve, por exemplo, economia orçamentária, superávit ou déficit orçamentário e o nível de realização da despesa por fonte de recurso.

Economia orçamentária é a diferença positiva entre a despesa autorizada e a despesa compromissada (empenhada), daí denota-se que houve economia nas dotações financiadas pela (s) fonte (s) de recurso (s) 1, 2, 5, 6.

De acordo com o comportamento das receitas arrecadadas em comparação às despesas empenhadas e liquidadas constatamos um resultado Orçamentário SUPERAVITÁRIO atinente às despesas financiadas pela (s) fonte (s) de recurso (s) 1, 2, 5, 6.

De acordo com o comportamento das receitas arrecadadas em comparação às despesas empenhadas constatamos um Resultado Orçamentário SUPERAVITÁRIO. Em relação às despesas liquidadas, na mesma comparação sobre a arrecadação total, o resultado é SUPERAVITÁRIO.

Tabela III - Acompanhamento da Execução Orçamentária (Resultado Orçamentário)

Evento	Valor (R\$)
(+) Receita Arrecadada	153.261.022,45
(-) Cancelamento de Restos a Pagar	0,00
(-) Receitas que, de fato, não Ingressaram no Caixa, mesmo que líquida e certa a entrada no ano seguinte	0,00
(-) Despesa Empenhada	142.815.909,80
(-) Transferências Financeiras a Câmaras de Vereadores, Autarquias, Fundações e Estatais dependentes	2.073.502,95
(-) Despesa de pessoal incorrida no ano analisado, mas somente empenhada no exercício seguinte (ex. folha de	0,00
(=) Resultado da Execução Orçamentária (Superávit ou Déficit)	8.371.609,70

De acordo com o Manual "O Tribunal e a Gestão Financeira dos Prefeitos" é fundamental a correta apuração do resultado de execução orçamentária, sob pena de ajuste por parte da fiscalização do TCE.

A guisa daquele Manual, recomenda-se à Administração o que segue:

O balanço orçamentário e financeiro deve conter apenas números relativos à Câmara e Prefeitura, Autarquias, fundações e empresas estatais possuem juízo individual;

O cancelamento de restos a pagar não deve gerar uma receita fictícia, escritural, a boa técnica recomenda contabilização como independente da execução orçamentária;

A receita que ainda não virou dinheiro no caixa da Municipalidade, não pode ser contabilizada orçamentariamente (art. 35, I, Lei nº. 4.320/64);

Os repasses a Câmara de Vereadores não oneram a despesa orçamentária, essa transferência que representa saída de dinheiro, deve ser extra orçamentária - uma redução da receita - esses repasses devem somar-se, como ajuste aditivo, à despesa orçamentária da Prefeitura;

Haja a vista a norma do prévio empenho, não se pode empenhar despesas de pessoal de dezembro no início do ano seguinte (art. 35, II c.c. art. 60, Lei nº. 4.320/64 e art. 18, § 2º da LRF)

Constatamos na data em exame, de acordo com o apurado na Tabela III, existência de SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO no montante de R\$8.371.609,70 (oito milhões, trezentos e setenta e um mil, seiscentos e nove reais e setenta centavos).

06 - Execução Financeira

A Tabela I demonstra a situação financeira da Entidade e especifica a suficiência ou insuficiência dos recursos por fonte de recurso em face dos compromissos a pagar.

Tabela I - Disponibilidade Financeira por Fonte de Recurso

Fte. Rec	Descrição	Disponib. Financeiras do Exercício (I)	Disponib. Financ. de Exercício Anterior (II)	Disponib. Financeiras Totais (III = I+II)	Deduções		Disponib. Financeiras Liquidadas (VI=III-IV-V)	Inscr. RP (-) Emp. Liquidados a Pagar (X)	Sufic./ Insufic. Financeira (XI = VI-X)
					R.P. Exercícios Anteriores (IV)	Emp. Liquidados a Pagar (V)			
	PODER EXECUTIVO	18.665.406,45	1.993.350,34	20.658.756,79	240.000,00	8.198,83	20.410.557,96	0,00	20.410.557,96
1	TESOURO	6.903.099,08	1.656.821,07	8.559.920,15	0,00	8.198,83	8.551.721,32	0,00	8.551.721,32
2	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	920.627,56	64.683,78	985.311,34	240.000,00	0,00	745.311,34	0,00	745.311,34
5	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	10.659.629,22	236.937,65	10.896.566,87	0,00	0,00	10.896.566,87	0,00	10.896.566,87
6	OUTRAS FONTES DE RECURSOS	182.050,59	34.907,84	216.958,43	0,00	0,00	216.958,43	0,00	216.958,43

Da análise no período verifica-se que a Entidade possui situação financeira favorável nas fontes de recursos 1 (TESOURO), 2 (TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS), 5 (TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS), 6 (OUTRAS FONTES DE RECURSOS). Conclui-se nesse (s) caso (s) que as disponibilidades são suficientes para fazer frente às despesas realizadas.

A Tabela II expressa a disponibilidade total da Entidade e as obrigações de curto prazo reconhecidas, processadas e não processadas, a pagar. Compara-se também a disponibilidade financeira frente às despesas a pagar LIQUIDADAS e as ainda NÃO LIQUIDADAS.

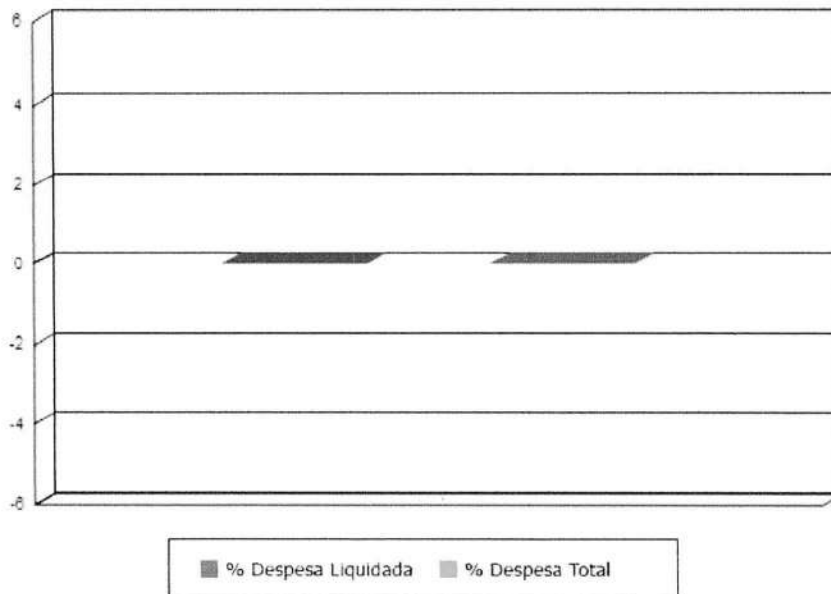
Tabela II - Execução Financeira

Resultado Financeiro	Valores (R\$)	%
Disponibilidade Financeira (I)	20.658.756,79	
(-) Despesas a Pagar - Liquidadas do Exercício (II)	8.198,83	
(=) Superávit / Déficit pela Despesa Liquidada (I - II)	20.650.557,96	99,96
(-) Despesas a Pagar e RP - Liquidadas e Não Liquidadas (III)	248.198,83	
(=) Superávit / Déficit pela Despesa Total (I - III)	20.410.557,96	98,80

Da análise conclui-se que o resultado financeiro é SUPERAVITÁRIO, demonstrando que a Entidade possui suficiente disponibilidade financeira para arcar com as despesas liquidadas e pendentes de pagamento.

Em outra análise, ao comparar a disponibilidade financeira frente às despesas a pagar LIQUIDADAS E NÃO LIQUIDADAS, constata-se um Resultado Financeiro **SUPERAVITÁRIO**.

Abaixo o gráfico que ilustra o Resultado Financeiro em relação à Despesa Liquidada e a Despesa Total a Pagar.



CERQUILHO, 26 de Janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO
RUA ENGENHEIRO URBANO PÁDUA DE ARAÚJO, 28 - CENTRO
C.E.P. 18520-000 - C.N.P.J. 46.634.614/0001-26

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ANÁLISE DA GESTÃO CONTÁBIL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

CERQUILHO, 16 de Novembro de 2020.



Introdução

O controle Interno acha-se previsto nas seguintes legislações:

- Art. 31 e 74, CF;
- Art. 150 da Constituição Estadual;
- Art. 54 e 59, LRF;
- Art. 76, 77, 78, 79 e 80 Lei 4.320/64;
- Art. 15, 26 e 38, LC 709/1.993;
- Art. 2º, § 15; Art. 61 e 62; Instruções nº. 2/2008, TCESP; e
- NBC T 16.8.

Pode ser considerado "o conjunto complexo e organizado de regras e normas, de unidades, de princípios, métodos, procedimentos e equipamentos coordenados entre si, que busca o fim precípua de realizar a avaliação da gestão pública e o acompanhamento dos programas de governo, bem como de comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial operacional nas unidades da administração pública" (auditora Luciene Cartaxo Fernandes - TCE do Ceará).

O controle interno exerce a fiscalização dos atos da administração, visando comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão dos recursos públicos. Proporciona à Administração Pública, especialmente a Municipal, subsídios para assegurar o bom gerenciamento dos negócios públicos.

De acordo com as normas legais, instituídas para o Controle Interno, apresentamos o Relatório de Auditoria do Controle Interno até 10/2020/2020, contendo informações na gestão orçamentária e financeira abordando os itens:

Relatórios:

- 01 - Pessoal
- 02 - Educação
- 03 - FUNDEB
- 04 - Saúde
- 05 - Execução Orçamentária
- 06 - Execução Financeira



01 - Pessoal

Tabela I - Fórmula de Apuração da Despesa com Pessoal

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA NOS 12 ÚLTIMOS MESES (R\$)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	88.402.979,26
Pessoal Ativo (Remuneração + Encargos Sociais e Contribuições Patronais à Previdência [INSS ou RPPS])	69.040.507,24
Vencimento, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	60.554.980,26
Obrigações Patronais	8.485.526,98
Benefícios Previdenciários	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	19.362.472,02
Aposentadorias, Reserva e Reformas	16.593.025,53
Pensões	2.741.683,21
Outros Benefícios Previdenciários (*)	27.763,28
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00

(*) o valor lançado não pode nunca superar o das contribuições e o das receitas diretamente arrecadadas pelo fundo ou entidade que opera o sistema próprio de previdência.

A Tabela I expõe a fórmula de apuração de despesa com pessoal utilizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Tal método se expressa no Comunicado SDG nº. 32, de 2010, obedecendo ao contido na Portaria STN nº 249, de 2010.

Sob a LRF, a Municipalidade como um todo não pode gastar mais de 60% da receita, com pessoal (art. 19, III), o que envolve os seguintes objetos de gasto:

- Vencimentos e vantagens fixas;
- Obrigações patronais (INSS/RPPS, FGTS, PASEP);
- Outras despesas variáveis (horas extras, entre outras);
- Aposentadorias;
- Pensões;
- Contratações por tempo determinado;
- Salário Família dos servidores estatutários;
- Contratos de terceirização de mão de obra;
- Sentenças Judiciais referente a demandas trabalhistas;
- Indenizações e restituições de índole trabalhista.

A LRF repartiu os 60% entre os poderes estatais; no Município 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, calculados sobre a receita corrente líquida (art. 20, III).

O limite de 54% também comporta as entidades da Administração Indireta, ou seja, não há limites específicos para autarquias e fundações.

Em casos de excesso por parte dos entes descentralizados, pode o Prefeito propor, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, barreiras específicas para eles.

A despesa de pessoal é apurada de quatro em quatro meses, em abril, agosto e dezembro, mostrando-se os percentuais no relatório de gestão fiscal (art. 22 da LRF).

Ultrapassando-se o limite específico, o ordenador dispõe de 8 (oito) meses para o ajuste, seja pelo aumento da receita ou pela redução da despesa laboral segundo os procedimentos enunciados na Constituição (corte de 20% dos cargos em comissão; exoneração de servidores não estáveis, entre outras medidas dispostas no § 3º do art. 169).

A não recondução, em 2 (dois) quadrimestres seguintes, do percentual excedente, sendo pelo menos 1/3 (um terço) no primeiro, afigura-se motivo de parecer desfavorável das contas anuais do Ordenador, por parte do TCESP.

Essa elasticidade, de 8 (oito) meses, não vale em ano de eleição, exclusivamente nessa situação, as sanções legais aplicam-se de imediato e também é motivo de recusa da conta por parte do TCESP.

Tabela II - Quadro de Acompanhamento da Despesa com Pessoal

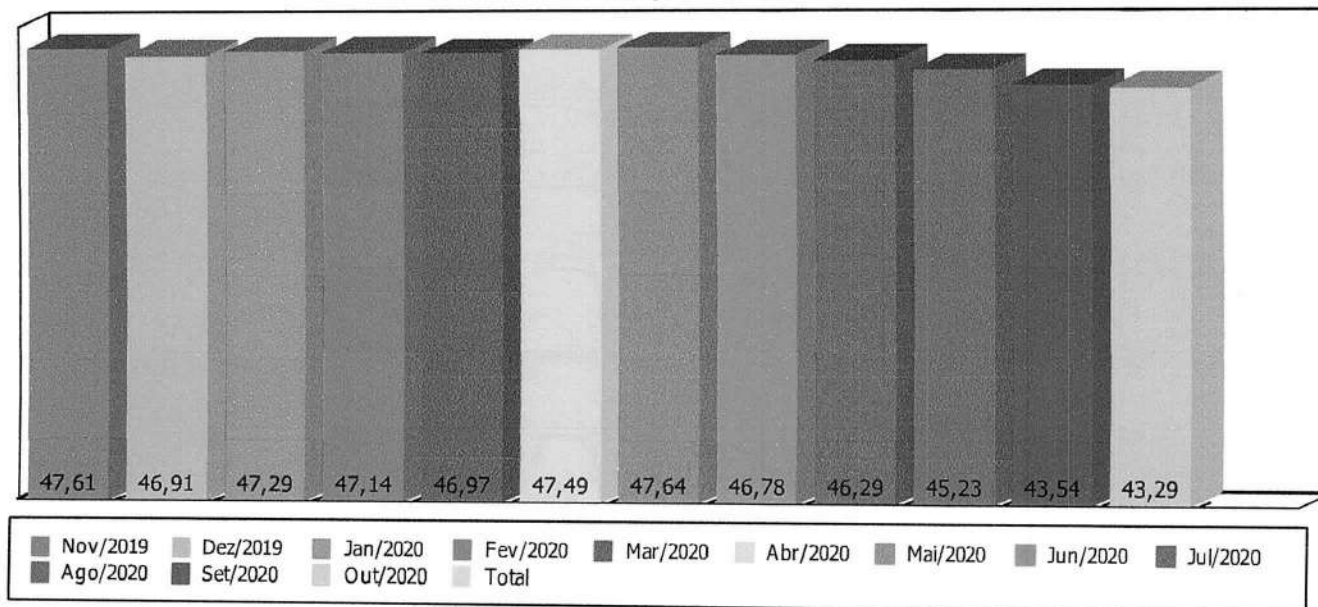
Mês/Ano	Receita Corrente Líquida	Despesa com Pessoal	% Mês	% Acum.	Limite Máximo art. 20 LRF	Limite Prudencial 95% art. 22 LRF	Limite de Alerta 90% §1º, II, art. 59 LRF	Excesso a Regularizar	% Excesso (*)
Nov/2019	11.130.905,71	5.378.636,39	48,32	47,61	6.010.689,08	5.710.154,63	5.409.620,18	0,00	0,00
Dez/2019	18.071.487,90	11.345.065,39	62,78	46,91	9.758.603,47	9.270.673,29	8.782.743,12	2.074.392,10	11,48
Jan/2020	14.631.809,09	5.327.956,01	36,41	47,29	7.901.176,91	7.506.118,06	7.111.059,22	0,00	0,00
Fev/2020	12.737.648,42	5.312.115,95	41,70	47,14	6.878.330,15	6.534.413,64	6.190.497,13	0,00	0,00
Mar/2020	13.140.449,53	5.546.945,99	42,21	46,97	7.095.842,75	6.741.050,61	6.386.258,47	0,00	0,00
Abr/2020	14.681.046,28	5.241.428,71	35,70	47,49	7.927.764,99	7.531.376,74	7.134.999,40	0,00	0,00

Tabela II - Quadro de Acompanhamento da Despesa com Pessoal

Mês/Ano	Receita Corrente Líquida	Despesa com Pessoal	% Mês	% Acum.	Limite Máximo art. 20 LRF	Limite Prudencial 95% art. 22 LRF	Limite de Alerta 90% §1º, II, art. 59 LRF	Excesso a Regularizar	% Excesso (*)
Mai/2020	9.575.678,58	5.273.047,12	55,07	47,64	5.170.866,43	4.912.323,11	4.653.779,79	360.724,01	3,77
Jun/2020	12.706.525,60	5.292.245,96	41,65	46,78	6.861.523,82	6.518.447,63	6.175.371,44	0,00	0,00
Jul/2020	14.409.150,05	5.268.865,62	36,57	46,29	7.780.941,03	7.391.893,98	7.002.846,92	0,00	0,00
Ago/2020	12.674.924,73	5.151.538,30	40,64	45,23	6.844.459,35	6.502.236,39	6.160.013,42	0,00	0,00
Set/2020	14.237.406,91	5.097.063,47	35,80	43,54	7.688.199,73	7.303.789,74	6.919.379,76	0,00	0,00
Out/2020	12.133.492,14	5.091.626,63	41,96	43,29	6.552.085,76	6.224.481,47	5.896.877,18	0,00	0,00
Total	160.130.524,94	69.326.535,54							

(*) o percentual a regularizar é em relação ao limite prudencial (art. 22 LRF)

% Acumulado por Mês/Ano



O percentual apurado no quadro comparativo dos limites da LRF não excedeu a margem de 90% previsto no § 1º, inc. II, do art. 59, da Lei Complementar 101, de 04/5/2000. Desse modo, a Municipalidade, não encontra-se ao alcance da emissão de alertas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nem tão pouco está sujeita as vedações impostas pelos incisos I a V do art. 22 da Lei Complementar 101, de 04/5/2000.

02 - Educação

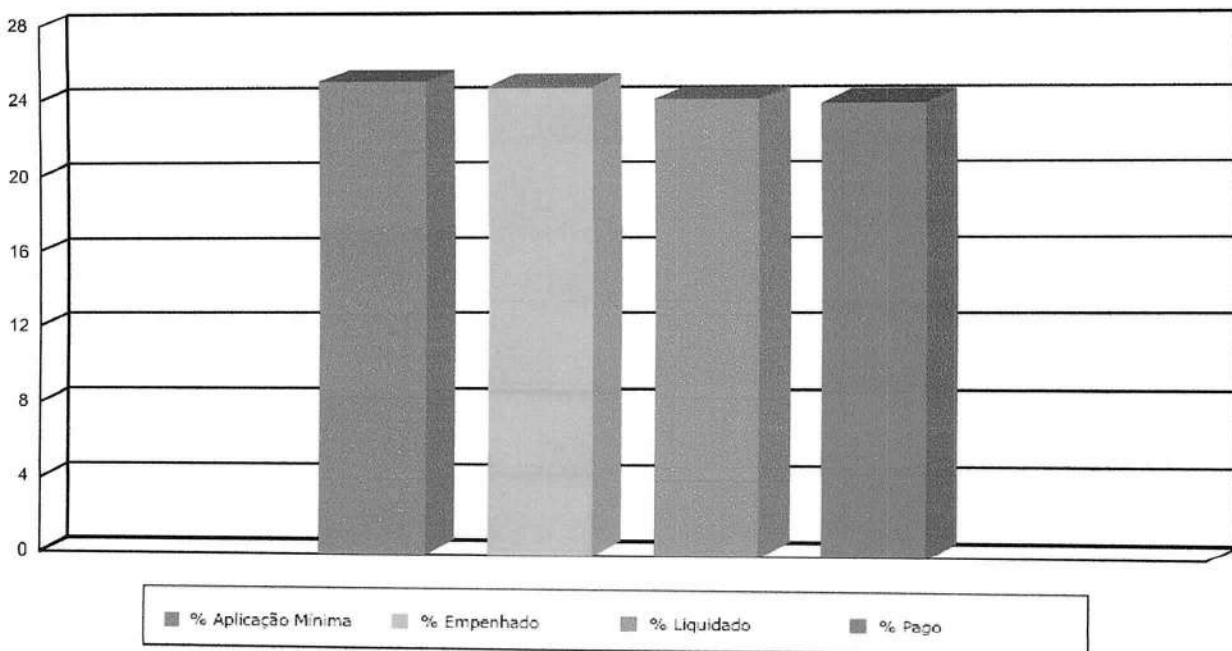
A Tabela I - apresenta a arrecadação das receitas de impostos e transferências constitucionais que compõem o índice de 25% nos termos do art. 212 da Constituição Federal.

Tabela I - Recursos Recebidos x Aplicação no Fundo de Educação Básica

Receita e Transferências	73.844.468,50
Aplicação Mínima (25%)	18.461.117,13

Despesas com Ensino	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Ensino Fundamental	1.808.542,43	2,45	1.765.022,97	2,39	1.752.499,83	2,37
Ensino Infantil	939.563,55	1,27	927.328,95	1,26	924.172,36	1,25
Educação Infantil - Creche	4.051.305,19	5,49	3.604.069,24	4,88	3.512.035,79	4,76
Educação Infantil - Pré-Escola	585.215,05	0,79	558.860,58	0,76	558.860,58	0,76
Retenções ao FUNDEB	10.860.948,83	14,71	10.860.948,83	14,71	10.860.948,83	14,71
Total	18.245.575,05	24,71	17.716.230,57	24,00	17.608.517,39	23,85

Da análise, verifica-se com base na Despesa Liquidada, que o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal.



A Tabela II demonstra a arrecadação das receitas de impostos e transferências além das deduções ao Fundeb e os valores a transferir para conta vinculada do Ensino.

Tabela II - Receitas de Impostos e Transferências, Deduções para formação do FUNDEB / Apuração valor a transferir dos Repasses Decendiais

Impostos e Transferências	Ultimo Decêndio Fechado (20/10/2020)	Valor até o Período
Receita de Impostos (IPTU / IR / ITBI / ISS / D.A. Impostos / Multa e Juros da D.A. Impostos)	16.867.171,15	18.346.529,99
Transferências (FPM / ICMS / IPI / LC 87/96)	44.217.454,63	47.615.792,30
Transferências (IPVA / ITR)	7.685.187,76	7.882.146,21
Deduções FUNDEB	-10.126.032,36	-10.860.948,83
Arrecadação Total	58.643.781,18	62.983.519,67
Valor a transferir 25% (IPTU / IR / ITBI / ISS / D.A. Impostos / Multa e Juros da D.A. Impostos)	4.216.792,79	4.586.632,50
Valor a transferir 5% (FPM / ICMS / IPI / LC 87/96)	2.449.511,55	2.619.478,47
Valor a transferir 5% (IPVA / ITR)	400.116,69	394.107,33



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO
CONTROLE INTERNO

4rtecnologia

RELATÓRIO DE GESTÃO CONTÁBIL ATÉ 31/10/2020

Exercício: 2020

Página: 6/14

Valor Total a Transferir	7.066.421,03	7.600.168,30
--------------------------	--------------	--------------

O Tesouro Central deverá repassar, a cada dez dias, os recursos destinados à Educação.

Auferimos que o total de transferências na (s) conta (s) bancária (s) (Conta Interno 28: C/ MDE - 0151 - SANTANDER) até o período em análise, foi de R\$ 6.778.750,48 (seis milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos), valor inferior aquele demonstrado na Tabela II, conforme requer § 5º, art. 69, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que assim dispõe:

"§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente".

Do contrário, os responsáveis poderão ser responsabilizados civil e criminalmente, conforme previsão do § 6º da mesma legislação:

"§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes".

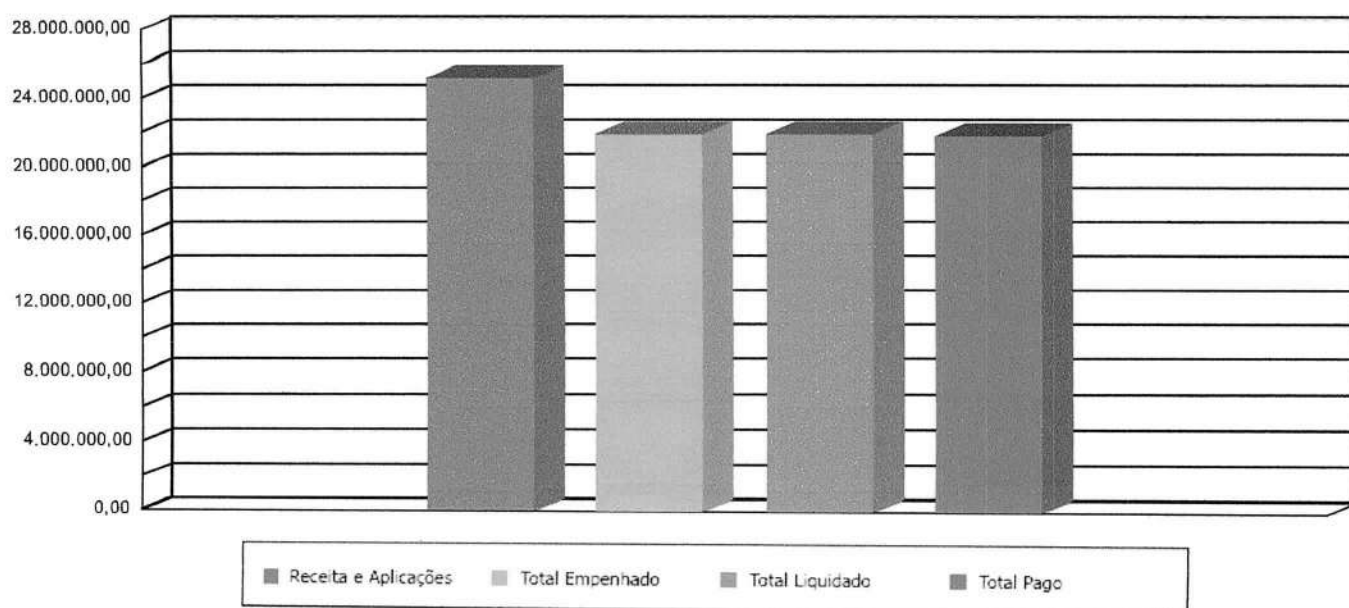
03 - FUNDEB

A Tabela I, a seguir, demonstra os recursos recebidos do FUNDEB e sua destinação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Tabela I - Recursos Recebidos x Aplicação no Fundo de Educação Básica

Receita e Transferências do FUNDEB e Aplicações Financeiras	25.238.404,06
Aplicação Mínima (60%)	15.143.042,44
Aplicação Mínima (95%) - Recursos Recebidos	23.976.483,86

Despesas com FUNDEB	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Magistério (mín. 60%)	21.967.106,11	87,04	21.967.106,11	87,04	21.853.004,99	86,59
Outras (máx. 40%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	21.967.106,11	87,04	21.967.106,11	87,04	21.853.004,99	86,59



I - Da Despesa Empenhada

Da abordagem, nota-se que o total da despesa empenhada no período em análise, NÃO atende ao dispositivo do §2º, art. 21 da Lei 11.494/07.

II - Da Aplicação mínima dos profissionais do Magistério (60%)

No que tange a aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos Profissionais do Magistério (60%), verifica-se que restou atendido o cumprimento do art. 22 do mencionado dispositivo.

III - Disponibilidade financeira em Conta Bancária

Tabela II - Disponibilidade Financeira do FUNDEB

Exercício	Saldo Financeiro
2019	0,00
2020	3.385.399,07



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO CONTROLE INTERNO

4rtecnologia

RELATÓRIO DE GESTÃO CONTÁBIL ATÉ 31/10/2020

Exercício: 2020

Página: 8/14

Relativo à análise financeira do FUNDEB, constatamos que o saldo da conta bancária do fundo (Conta Interno 548: C/ FUNDEB - 1768 - BANCO DO BRASIL S.A., Conta Interno 549: C/ FUNDEB INVESTIMENTO - 1768 - BANCO DO BRASIL S.A.), no período em análise, não apresenta inconsistência. A diferença entre os recursos recebidos e o total de despesas pagas totaliza o valor de R\$ 3.385.399,07 (três milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, trezentos e noventa e nove reais e sete centavos) e equivale ao saldo existente na (s) conta (s) bancária (s).

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTINA SOTO CARDIA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-ELKM-D490-4Y6U-6ITC

04 - Saúde

A Tabela I demonstra os recursos arrecadados provenientes das Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais que compõem o índice de 15%, nos termos do inc. III, art. 77, ADCT, e a destinação destes recursos.

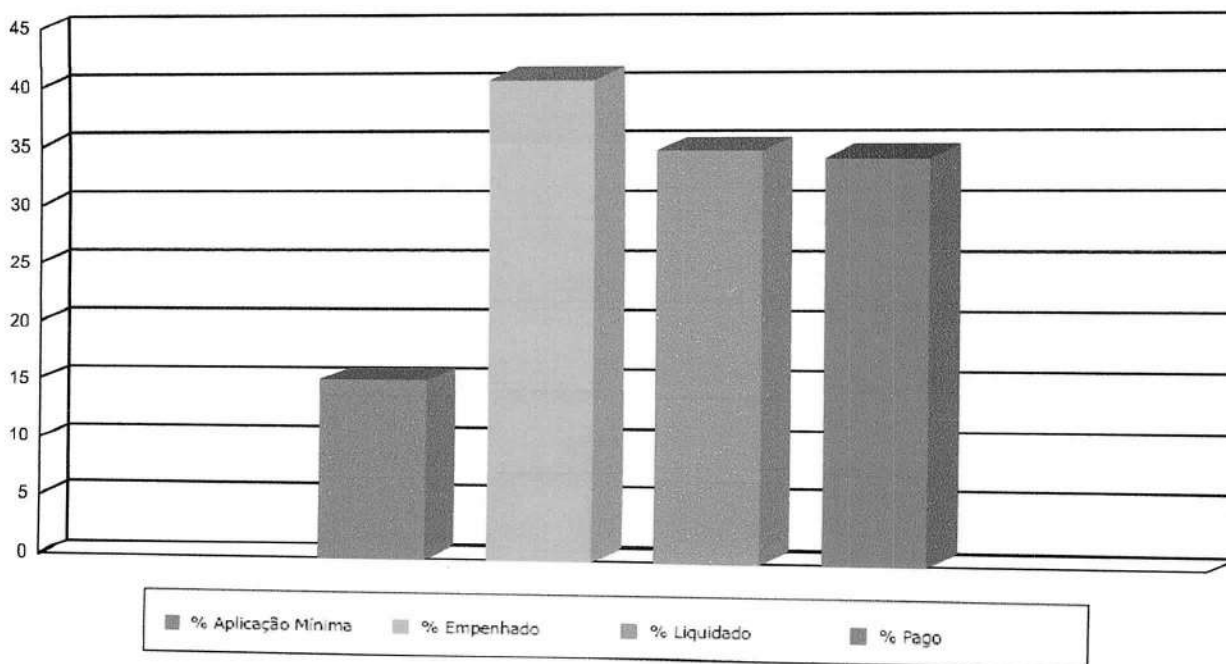
Tabela I - Recursos e Aplicação destinados à Saúde

Receita e Transferências de Impostos	72.651.276,16
Aplicação Mínima (15%)	10.897.691,42

Despesas com Saúde	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Aplicação em Saúde - Recursos Próprios	29.437.975,16	40,52	25.119.601,41	34,58	24.693.298,12	33,99

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da Constituição Federal.

O gráfico abaixo compara a aplicação mínima constitucional com a despesa empenhada, liquidada e paga.



05 - Execução Orçamentária

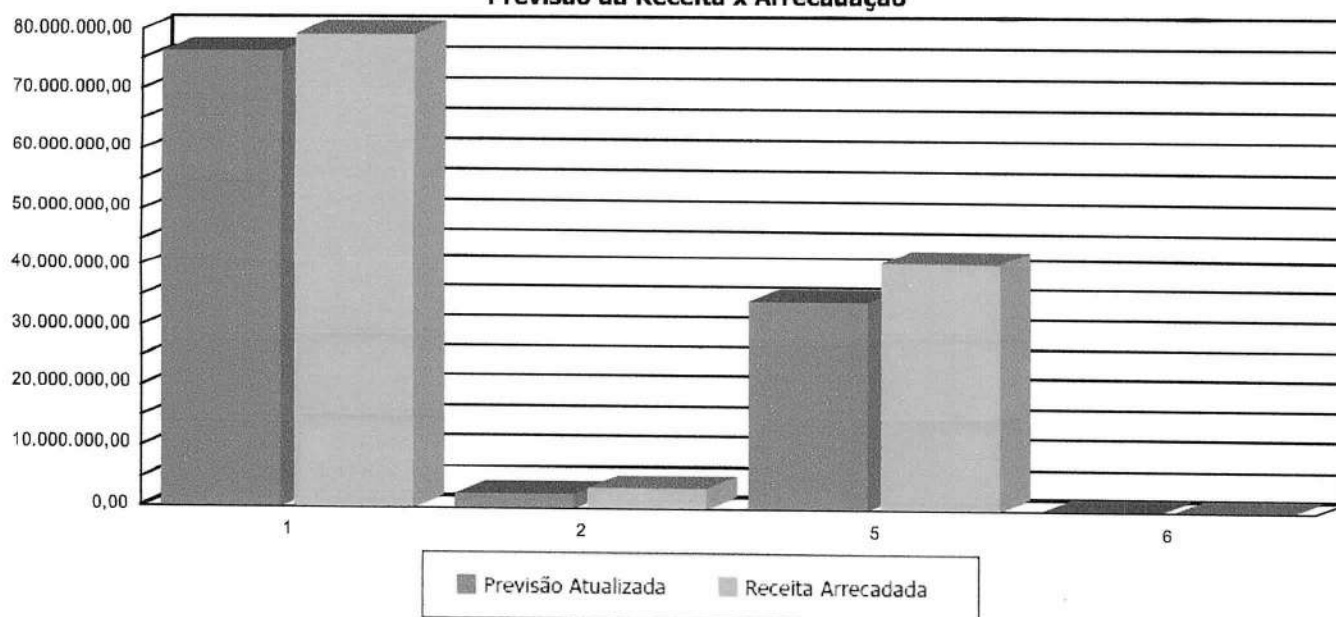
A Lei Municipal nº 3338, de 19/11/2019, que aprovou o orçamento, estimou a Receita e fixou a Despesa do Município de CERQUILHO em R\$ 113.572.480,01.

A tabela I confronta a evolução de duas variáveis da execução orçamentária: receita prevista e receita arrecadada (por blocos corrente e capital, e fonte de recurso).

Tabela I - Receita Prevista x Receita Arrecadada por Fonte de Recurso e Categoria da Receita

Classificação da Receita	Receita Prevista / Programada	Receita Arrecadada	Excesso de Arrecadação
1 - TESOURO			
Receita Corrente	76.351.120,00	77.850.636,18	1.499.516,18
Receita de Capital	0,00	1.503.145,50	1.503.145,50
SUB TOTAL	76.351.120,00	79.353.781,68	3.002.661,68
2 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS			
Receita Corrente	969.091,21	869.136,32	-99.954,89
Receita de Capital	1.439.468,80	2.769.534,04	1.330.065,24
SUB TOTAL	2.408.560,01	3.638.670,36	1.230.110,35
5 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			
Receita Corrente	34.687.312,00	40.115.632,89	5.428.320,89
Receita de Capital	0,00	1.256.809,52	1.256.809,52
SUB TOTAL	34.687.312,00	41.372.442,41	6.685.130,41
6 - OUTRAS FONTES DE RECURSOS			
Receita Corrente	125.488,00	62.752,56	-62.735,44
SUB TOTAL	125.488,00	62.752,56	-62.735,44
TOTAL	113.572.480,01	124.427.647,01	10.855.167,00

Previsão da Receita x Arrecadação



Da análise do comportamento das receitas por fonte de recurso, constatamos uma situação desfavorável em relação à (s) fonte (s) de recurso (s) 6, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo aos responsáveis o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, a Municipalidade encontra-se ao alcance dos alertas do TCESP, nos termos do artigo 59, §1º, inciso V da Lei Complementar nº 101/00.

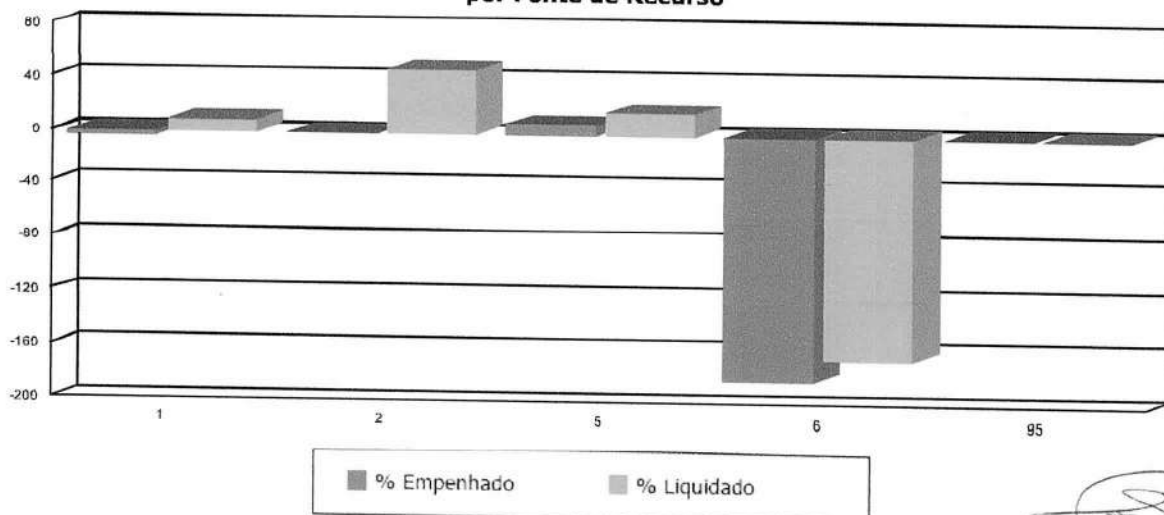
Nesse caso, necessário a observância do disposto no art.9º da mencionada Lei que determina contingenciamento da despesa quando a realização da receita comprometer as metas fiscais avançadas em Anexo da LDO, ou seja, arrecadação abaixo do esperado legitima a restrição em comento na mesma proporção da queda dos ingressos de caixa.

Em relação às demais fontes de recursos 1, 2, 5 constatamos tendência positiva de excesso de entradas uma vez que a arrecadação está além das metas de previsão. Apenas segue recomendação no sentido da cautela que há de ser tomada com os créditos adicionais aberto por tendência de excesso de arrecadação (art. 43, § 3º, da Lei nº. 4.320). Caso reste frustrada a tendência positiva, o contingenciamento dar-se á em cumprimento ao dispositivo no art. 9º da LRF.

Tabela II - Relação Receita Arrecadada x Despesa Empenhada
(Gestão Orçamentária por Fonte de Recurso)

Classificação da Despesa	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Resultado Orçamentário (Empenhado)	% Emp.	Resultado Orçamentário (Liquidado)	% Liq.
1 - TESOURO							
Despesa Corrente	89.107.259,00	71.376.253,76	64.470.663,92	6.474.382,42	8,32	13.379.972,26	17,19
Despesa de Capital	8.808.022,18	8.369.019,60	5.805.375,27	-6.865.874,10	-456,77	-4.302.229,77	-286,22
Trans. Fin. a Câm.	0,00	2.458.330,00	2.458.330,00	-2.458.330,00	0,00	-2.458.330,00	0,00
SUB TOTAL	97.915.281,18	82.203.603,36	72.734.369,19	-2.849.821,68	-3,59	6.619.412,49	8,34
2 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS							
Despesa Corrente	1.318.000,00	840.542,57	564.887,14	28.593,75	3,29	304.249,18	35,01
Despesa de Capital	3.040.811,71	2.808.588,24	1.334.002,87	-39.054,20	-1,41	1.435.531,17	51,83
SUB TOTAL	4.358.811,71	3.649.130,81	1.898.890,01	-10.460,45	-0,29	1.739.780,35	47,81
5 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS							
Despesa Corrente	47.887.336,26	36.921.599,14	33.962.959,19	3.194.033,75	7,96	6.152.673,70	15,34
Despesa de Capital	1.923.100,00	1.143.055,97	370.591,80	113.753,55	9,05	886.217,72	70,51
SUB TOTAL	49.810.436,26	38.064.655,11	34.333.550,99	3.307.787,30	8,00	7.038.891,42	17,01
6 - OUTRAS FONTES DE RECURSOS							
Despesa Corrente	280.000,00	177.466,76	167.266,76	-114.714,20	-182,80	-104.514,20	-166,55
SUB TOTAL	280.000,00	177.466,76	167.266,76	-114.714,20	-182,80	-104.514,20	-166,55
95 - TRANSF. CONV. FEDERAIS-VINCULADOS - EX.ANTERIORES							
Despesa Corrente	566.086,58	566.086,58	566.086,58	-566.086,58	0,00	-566.086,58	0,00
SUB TOTAL	566.086,58	566.086,58	566.086,58	-566.086,58	0,00	-566.086,58	0,00
TOTAL	152.930.615,73	124.660.942,62	109.700.163,53	-233.295,61	-0,19	14.727.483,48	11,84

Relação de % Empenhado e % Liquidado
por Fonte de Recurso



A tabela II demonstra a gestão orçamentária, confrontando a despesa empenhada e liquidada em relação à receita efetivamente arrecadada.

Da presente análise é possível verificar se houve, por exemplo, economia orçamentária, superávit ou déficit orçamentário e o nível de realização da despesa por fonte de recurso.

Economia orçamentária é a diferença positiva entre a despesa autorizada e a despesa compromissada (empenhada), daí denota-se que houve economia nas dotações financiadas pela (s) fonte (s) de recurso (s) 1, 2, 5, 6.

De acordo com o comportamento das receitas arrecadas em comparação às despesas empenhadas e liquidadas constatamos um resultado Orçamentário SUPERAVITÁRIO atinente às despesas financiadas pela (s) fonte (s) de recurso (s) 5.

De acordo com o comportamento das receitas arrecadas em comparação às despesas empenhadas constatamos um Resultado Orçamentário DEFICITÁRIO. Em relação às despesas liquidadas, na mesma comparação sobre a arrecadação total, o resultado é SUPERAVITÁRIO.

Tabela III - Acompanhamento da Execução Orçamentária (Resultado Orçamentário)

Evento	Valor (R\$)
(+) Receita Arrecadada	124.427.647,01
(-) Cancelamento de Restos a Pagar	0,00
(-) Receitas que, de fato, não ingressaram no Caixa, mesmo que líquida e certa a entrada no ano seguinte	0,00
(-) Despesa Empenhada	122.202.612,62
(-) Transferências Financeiras a Câmaras de Vereadores, Autarquias, Fundações e Estatais dependentes	2.458.330,00
(-) Despesa de pessoal incorrida no ano analisado, mas somente empenhada no exercício seguinte (ex. folha de pagamento de dezembro)	0,00
(=) Resultado da Execução Orçamentária (Superávit ou Déficit)	-233.295,61

De acordo com o Manual "O Tribunal e a Gestão Financeira dos Prefeitos" é fundamental a correta apuração do resultado de execução orçamentária, sob pena de ajuste por parte da fiscalização do TCE.

A guisa daquele Manual, recomenda-se à Administração o que segue:

1. O balanço orçamentário e financeiro deve conter apenas números relativos à Câmara e Prefeitura, Autarquias, fundações e empresas estatais possuem juízo individual;
2. O cancelamento de restos a pagar não deve gerar uma receita fictícia, escritural, a boa técnica recomenda contabilização como independente da execução orçamentária;
3. A receita que ainda não virou dinheiro no caixa da Municipalidade, não pode ser contabilizada orçamentariamente (art. 35, I, Lei nº. 4.320/64);
4. Os repasses a Câmara de Vereadores não oneram a despesa orçamentária, essa transferência que representa saída de dinheiro, deve ser extra orçamentária - uma redução da receita - esses repasses devem somar-se, como ajuste aditivo, à despesa orçamentária da Prefeitura;
5. Haja a visto a norma do prévio empenho, não se pode empenhar despesas de pessoal de dezembro no início do ano seguinte (art. 35, II c.c. art. 60, Lei nº. 4.320/64 e art. 18, § 2º da LRF)

Constatamos na data em exame, de acordo com o apurado na Tabela III, existência de DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO no montante de R\$-233.295,61 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e um centavos).

06 - Execução Financeira

A Tabela I demonstra a situação financeira da Entidade e especifica a suficiência ou insuficiência dos recursos por fonte de recurso em face dos compromissos a pagar.

Tabela I - Disponibilidade Financeira por Fonte de Recurso

Fte. Rec	Descrição	Disponib. Financeiras do Exercício (I)	Disponib. Financ. de Exercício Anterior (II)	Disponib. Financeiras Totais (III = I+II)	Deduções		Disponib. Financeiras Liquidadas (VI=III-IV-V)	Inscr. RP (-) Emp. Liquidados a Pagar (X)	Sufic./ Insufic. Financeira (XI = VI-X)
					R.P. Exercícios Anteriores (IV)	Emp. Liquidados a Pagar (V)			
	PODER EXECUTIVO	22.535.383,85	2.340.419,11	24.875.802,96	329.757,13	2.869.544,10	21.676.501,73	0,00	21.676.501,73
1	TESOURO	11.570.367,30	1.739.190,93	13.309.558,23	29.757,13	1.764.142,68	11.515.658,42	0,00	11.515.658,42
2	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	1.621.383,86	138.222,99	1.759.606,85	300.000,00	439.751,05	1.019.855,80	0,00	1.019.855,80
5	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	9.295.707,49	417.897,35	9.713.604,84	0,00	665.650,37	9.047.954,47	0,00	9.047.954,47
6	OUTRAS FONTES DE RECURSOS	47.925,20	45.107,84	93.033,04	0,00	0,00	93.033,04	0,00	93.033,04

Da análise no período verifica-se que a Entidade possui situação financeira favorável nas fontes de recursos 1 (TESOURO), 2 (TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS), 5 (TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS), 6 (OUTRAS FONTES DE RECURSOS). Conclui-se nesse (s) caso (s) que as disponibilidades são suficientes para fazer frente às despesas realizadas.

A Tabela II expressa a disponibilidade total da Entidade e as obrigações de curto prazo reconhecidas, processadas e não processadas, a pagar. Compara-se também a disponibilidade financeira frente às despesas a pagar LIQUIDADAS e as ainda NÃO LIQUIDADAS.

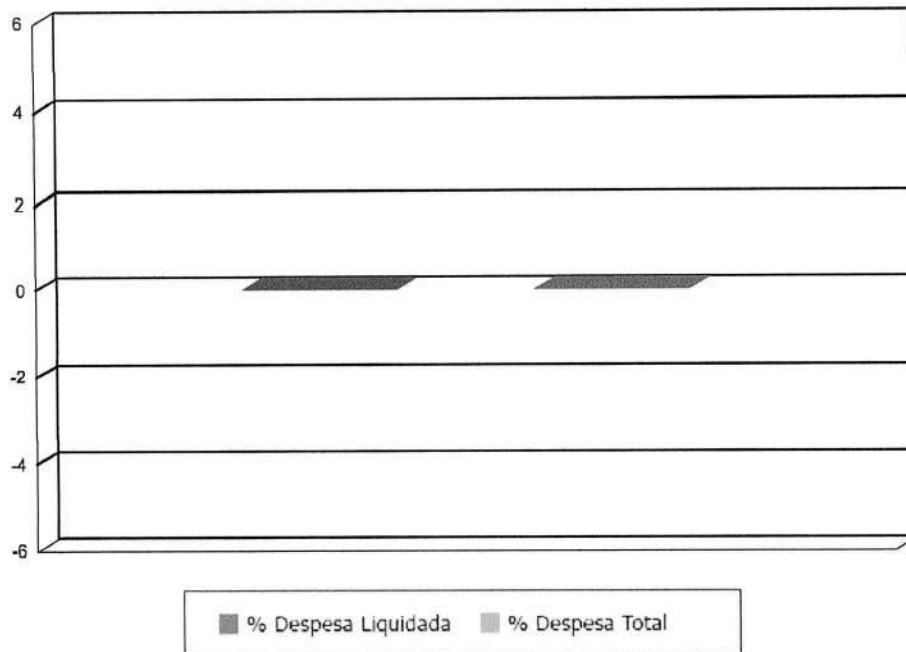
Tabela II - Execução Financeira

Resultado Financeiro	Valores (R\$)	%
Disponibilidade Financeira (I)	24.875.802,96	
(-) Despesas a Pagar - Liquidadas do Exercício (II)	2.869.544,10	
(=) Superávit / Déficit pela Despesa Liquidada (I - II)	22.006.258,86	88,46
(-) Despesas a Pagar e RP - Liquidadas e Não Liquidadas (III)	3.199.301,23	
(=) Superávit / Déficit pela Despesa Total (I - III)	21.676.501,73	87,14

Da análise conclui-se que o resultado financeiro é SUPERAVITÁRIO, demonstrando que a Entidade possui suficiente disponibilidade financeira para arcar com as despesas liquidadas e pendentes de pagamento.

Em outra análise, ao comparar a disponibilidade financeira frente às despesas a pagar LIQUIDADAS E NÃO LIQUIDADAS, constata-se um Resultado Financeiro **SUPERAVITÁRIO**.

Abaixo o gráfico que ilustra o Resultado Financeiro em relação à Despesa Liquidada e a Despesa Total a Pagar.



CERQUILHO, 16 de Novembro de 2020.